

BREVE HISTÓRIA AMBIENTAL DOS MANANCIAIS DA SERRA DO MAR DO PARANÁ: VESTÍGIOS DE ANTIGOS MORADORES

LORENA DE PAULI*

A História Ambiental dos Mananciais da Serra inicia-se anteriormente a construção das represas do primeiro sistema de abastecimento de água, em 1905. Embora tenha sido sempre relacionado a um lugar inabitado, havia moradores e proprietários que venderam seus terrenos ou foram desapropriados pelo Estado do Paraná quando o lugar - Mananciais da Serra - foi escolhido para ser o local de captação. Desta forma, essa História Ambiental começa em meados do século XIX, como apontaram os registros de terras e a documentação das desapropriações.

Segundo Gómez-Pompa e Kaus, em “Domesticando o mito da natureza selvagem”, a elaboração do conceito de conservação da natureza parte de uma abordagem urbana e elitista do meio ambiente. Os autores afirmam que nessa visão falta um componente básico: as perspectivas e as experiências das populações rurais locais na definição do conceito de conservação (POMPA, A. G; KAUS, A. 2000).

Essa ausência se deve as crenças clássicas de conservação e que existem por trás dos conceitos ocidentais de natureza. Gómez-Pompa e Kaus explicam que as montanhas, desertos, florestas e vida selvagem, desenvolvida e mantida na ausência de seres humanos são considerados natureza. Portanto, natureza é um local aonde a humanidade é visitante. Ela é composta de lugares parecidos com os que existiam antes da interferência humana, por isso, possuem valor intrínseco e são ecossistemas delicados que devem ser preservados para o futuro ou, simplesmente, por serem a imagem do natural. Mas, as crenças e as aspirações urbanas, muitas vezes, não correspondem à ciência, nem às experiências do mundo natural. Porém, são aplicadas para a conservação ou para o desenvolvimento do meio ambiente, se fazendo necessário relativizar as verdades científicas sobre o assunto, assim como, questionar o conceito de natureza virgem e intocada. Da mesma forma, se deve problematizar o conceito de ecossistemas naturais como regiões que não devem ser habitadas. Pesquisas recentes

* Professora da Pós-Graduação a distância em História, Arte e Cultura da UEPG. Mestre em História pela UFSC. E-mail: lorenadepauli@hotmail.com

apontam para uma intensa influência humana em áreas tidas como nativas, há muitos e muitos séculos (Ibid).

A questão das terras dos mananciais captados vai aos poucos aparecendo na documentação referente às atividades do governo do Estado do Paraná. O contrato, assinado em 1904, destinou um artigo para tratar das desapropriações no local das represas. Embora não explicitamente, o fato de fazer menção a esse assunto, demonstra que o lugar das represas poderia ser desprovido de habitações e serventias poluentes e por isso ser considerado inabitado (PARANÁ, 1904).

Mas a ausência de moradores não tornava os terrenos propriedades de ninguém. No limite, pode-se dizer, por enquanto, que a região dos mananciais da Serra era propriedade particular e não tinha somente um dono, porque foram muitas as desapropriações feitas na Serra do Mar.

Em 1906 tratou-se do “domínio particular as terras adjacentes á represa geral do riacho Carvalho, foram ellas adquiridas por escritura publica, terminando-se assim com a devastação das mattas, ahi bastante prejudicial”. Pela primeira vez, registrou-se a indicação de ação humana no local de captação dos mananciais. Embora não tenha sido identificado quem devastava a mata, o trecho acima induz a conclusão de que eram os proprietários de tais terras, entretanto, não deixa claro se os proprietários eram moradores do lugar (PARANÁ, 1906).

Em abril de 1910 foi assinado um termo de concessão para Francisco Pereira do Santos e seu procurador Benigno Lima Junior, retirarem a madeira beneficiada do terreno, em parte desapropriado, situado nas cabeceiras do ribeirão do Salto e denominado Fundo Grande:

[...] retirar dahi toda a madeira em questão. Da-se porem, que em virtude de ordens prohibitivas emanadas não só da Empreza Paulista de Melhoramentos no Paraná, como também da Secretaria de Obras Públicas, por intermédio de autoridade policiaes, o suplicante se tem visto impedido de fazer a retirada da madeira que tão legitimamente lhe pertence, servindo-se para isso da estrada de rodagem que liga a estação da Roça Nova á Represa do Carvalho (TERMO DE CONCESSÃO, 1910)

A permissão foi dada, mas ficou a questão sobre qual a atividade realizada neste terreno para haver ali madeira beneficiada¹. Se discriminizou a derrubada da mata

¹ Madeira beneficiada: aquela que, a partir da madeira serrada, passa por outro estágio, já servindo de insumo para produtos específicos, embora não seja o produto final acabado.

pelos madeireiros, possivelmente habitantes locais (da zona), que até então tinham autorização para recolher as árvores removidas para viabilizar a construção das represas. Mas, devido ao abuso e consequências que acarretavam esta prática, comprometendo diretamente a saúde dos mananciais, foram proibidas. Veja que este problema, o da devastação das áreas de florestas com caráter protetor dos mananciais, resultou de uma política do governo, a liberação para tirar árvores derrubadas. O governo facilitou uma prática que provavelmente não existia antes da intervenção governamental naquele lugar.

Os documentos analisados, que incluem muitos avulsos relacionados à desapropriação nos terrenos na Serra do Mar, citam os nomes de seus proprietários. São muitos para cada área da região dos Mananciais da Serra, e também são muitas as denominações destas áreas. Sendo assim, resta saber como estas terras eram usadas por seus proprietários. As fontes indicam “terras de cultura” (PARANÁ, 1911), “verificação de cultura e morada habitual” (PARANÁ, 1911).

Alguns avulsos incluem pedidos de revisão dos livros de escritura, a partir da década de 1920. Um deles tratava da escritura de transferência de bens da Empresa Paulista de Melhoramentos ao Estado do Paraná, especificando os terrenos adquiridos por desapropriação e compras, assim como, seus proprietários.

Conforme o documento, “os bens [...] constituídos por parte *pró-indevisa* com outros nos lugares: Invernada, Barra do Cayguava, Salto, Fundo Grande, Melanção, Queimada, Papanduva, Invernada de Fora e Ypiranga”. Os proprietários eram: Antonio Lisboa do Nascimento, Manoel Alves dos Santos, Anna Maria Franco, João Franco de Oliveira, João Rosa do Amaral, Joaquim Franco Rosa, Pedro de Oliveira Franco, Francisco Franco de Oliveira, Francisco Pereira dos Santos, José de Oliveira Barros, João Biscaia dos Santos, Maria Rosa dos Santos, Joaquim, José e Isaura (filhos de João Rosa do Amaral), Jacob Jacomel, João Prosdócimo dos Santos, João Francisco de Assis, Marcia Rosa Cordeiro, José de *Calazana* Barros, José Passos Souza e todas as suas mulheres (PARANÁ, 1925).

Entretanto, pelo fato de se tratar dos bens da E. P. Melhoramentos que assumiu as obras do primeiro sistema de água da capital somente em 1908, não estão relacionados às primeiras compras e desapropriações. Estas aparecem em outro avulso, com o título: relação das terras adquiridas pelo Estado do Paraná. Foram citadas as

posses dos terrenos do Carvalho, Fundo Grande, Salto, Invernada de Fora e Invernada da margem direita do rio Carvalho. Por estes terrenos passavam os ribeiros Ipiranga, Ipiranguinha, Iporan, Caiguava, Mico, Salto e outros, responsáveis pelo abastecimento de água da cidade de Curitiba (PARANÁ, Sem data).

Em “Histórico do Terreno Fundo Grande”, cita-se o inventário por morte de Anna Franco, mulher de Innocencio José de Barros, em 1844. Esse histórico mostra que a presença de famílias no local Mananciais da Serra é anterior a metade do século XIX. Em outro documento, com o título "verificação de cultura efectiva e morada habitual", datado de 1911 e assinado pelo comissário de terras, no terreno Fundo Grande, “verificamos a existência de cultura efectiva e morada habitual[...] Avaliamos a cultura de milho, feijão e outros cereaes, em 484,00 metros quadrados”. Havia uma lista com vários itens caracterizadores do terreno: "campos", "fachinaes", "hervaes beneficiados", "capoeiras", "matte" e a ausência de campos e mate. A área de "fachinaes" tinha 363.000 m², a outra de "hervais beneficiados" ocupava 169,400m² e as capoeiras mais 605,000 m². A área total cultivada era de 1.621.400 m², aproximadamente (PARANÁ, Sem Data).

Em "Fundo Grande: Memorial Descritivo da medição e demarcação das terras requeridas por Benigno Lima Junior e outros, a título de revalidação de acordo com o regime de terras em vigor", sem data, foi anotado para esse terreno o perímetro de 10.308,00 m , sendo 2.028.040,00m² de área cultivada, não havendo área inculta. A área total era de 2.028.040,00m². Além de constar que não houve "aviventação dos rumos antigos", forneceu muitos detalhes do Fundo Grande. Por exemplo, a cultura era de milho, feijão e outros cereaes. Os "trabalhadores empregados na lavoura" eram "os posseiros Francisco Pereira dos Santos, José de Oliveira Barros e pessoas de suas famílias". Eles trabalhavam em "systema de serviço de parceria e subdivisão de possessão". Os terrenos eram argilosos e adaptáveis às culturas de cereais, não havendo "campos, nem matos, as capoeiras existentes são de boa qualidade". Nesse terreno haviam três casas de morada, avaliadas em 1.600.000, "tres porões (?)", ou "depósito para colheitas", no valor de 900.000 e três monjolos, valiam 400.000. E outro item que parece ser "fundos diversos" avaliados em 1.200.00. No total o terreno Fundo Grande valia 4.110.000. possuía diversos caminhos. A propriedade era banhada pelo ribeirão do

Salto, córrego (?) Fundo , e outros pequenos mananciais. Havia a extração de erva-mate e madeiras de lei (PARANÁ, Sem data).

Em "Extracto para Transcrição", sem data, dos terrenos Invernada e Papanduva, registraram as confrontações e características do imóvel cujos limites eram com as terras do finado Athanagildo Cordeiro Pinto, com os herdeiros de Custodio Franco Oliveira e Donato Cordeiro da Silva. Tratava-se de dois terrenos de “mattos e capoeiras situados nos logares Invernada e Papanduva". Nas divisas foram citados pontos de localização. Nos limites do Invernada foi citado "barra do Ribeirão do Mico", "rio Caygoava" e os herdeiros de Athanagildo Cordeiro Pinto e Antonio Cardozo. Em Papanduva aparece "Ribeirão dos Veados, onde se acha um marco do cérno" e "caminho da invernada (PARANÁ, Sem Data).

Os terrenos Invernada tinham outros proprietários e outras denominações. Há o registro da compra do terreno Invernada da margem direita do rio Carvalho que pertencia a Francisca Cardoza e filhos. A Invernada de Fora foi comprada a parte de José dos Passos, segundo o documento, tinha sido vendida por Jacob Jacomel. O resto foi comprado do “Sr. Cel. Benigno Lima” (PARANÁ, Sem Data).

Em um avulso, não datado, assinaturas manuscritas dão pistas das relações de parentesco e vizinhança. Os nomes – João Brunetti e Jacob Turra, nessa lista, Francisco Marconi e Jacob Jacomel em outros avulsos, são bastante sugestivos, pois, indicam prováveis relações de vizinhança com os imigrantes da Colônia Santa Maria do Novo Tirol da Boca da Serra (PARANÁ, Sem Data)².

As assinaturas manuscritas também deram informações sobre aqueles que não sabiam escrever. Era o caso de Francisca Franco de Barros, que na desconhecida ocasião, precisou que Joaquim Amaral Furtado assinasse a seu rogo. Talvez ela tenha relação de parentesco com os nomes João de Oliveira Franco e José de Barros, que também aparecem na lista (Ibid).

Ao que parece, a família Franco de Barros era proprietária e residente do lugar denominado “Cahyguava”. Esse mesmo avulso esclarece que Anna era viúva de Joaquim d’ Oliveira Franco e que haviam comprado o terreno de Felisbina Maria Rosa e outros. O documento deixou claro que a família habitava o local:

² A Colônia Imperial de Santa Maria do Novo Tirol da Boca da Serra foi fundada em 1878, nas proximidades dos Mananciais da Serra, onde anos depois seriam construídas as represas de captação da água de Curitiba.

Anna Franco de Barros, residente no lugar “Cahyguava”, Municipio da Villa Deodoro, declara que é senhora e legitima possuidora de uma parte de terra de herval e plantação [...] cujo terreno limita por um lado pelo rio Piraquara e outros lados com diversos proprietários. A área é mais ou menos cinco alqueires, sendo dous cultivados. A industria é extractiva e a cultura é cereaes. Tem casa e benfeitorias. Tem caminho que vai a Villa de Deodoro e Colonia Santa Maria, que são os centros de consumo próximo. O terreno está situado no lugar Cahyguava” (Ibid).

As referências recuam aos anos de 1834 e 1887. Por motivo de falecimento de Innocencio José de Barros, foi revisto seu inventário a pedido de João Pinto do Amaral, em 1887. Ele requisitou o teor da escritura de compra do Cahyguava, feita em 1834:

Eu Antonio Joaquim Cordeiro e minha mulher Maria da Rocha, que entre uns e outros bens que nos possuímos por compra de Gabriel Suim e sua mulher Escolastica Maria da Silva na paragem denominada, Cahyguava, cujas terras do lado esquerdo divide com José Domingos Franco, do rio de Cahyguava cortando pelo espigão a rumo direito do cacatu [até] uma vertente que deságua no rio da Melança, fica servindo por elle a cima de divisa athé os últimos fabricados, e de lado direito dividindo a rumo a cima dividindo com as terras de José Domingos Franco [...] cujas terras vendemos com todos os seus pertences [...] ao senhor Innocencio José de Barros por [...] vinte cinco mil réis. Freguezia de São José vinte oito de Março de mil oitocentos trinta e quatro (Ibid).

E novamente, mais uma menção a Anna Franco, que reforça a afirmação de que os Mananciais da Serra foi durante muitos anos um lugar habitado, feita pelo vendedor do terreno: “Declaro que fica pertencendo a **casa e esterqueiras** nesta compra reservado que é da Senhora Anna Franco” (Ibid).

Embora não tenha sido citado o tipo de criação animal na documentação analisada, o fato de existir caixas de captação com os nomes Cabra e Bode pode indicar que durante a construção delas alguma cabra e algum bode andavam por ali. Aliás, muitos anos depois da construção e denominação dessas caixas, um levantamento fotográfico empreendido pela SANEPAR, na década de 1990, registrou a presença desses animais na represa do Carvalho, como pode ser visto na figura abaixo. Com certeza, se tratava dos animais domésticos dos guardas dos mananciais. No entanto, a referência às cabras e aos bodes no nome de represas e esse registro mais recente, levam a hipótese de que os antigos moradores dos Mananciais da Serra criavam animais de pequeno porte, entre eles, cabras e bodes.

Anna tinha uma herdeira, - Gertrudes, que aparece em uma certidão relacionada ao inventário de Innocencio José de Barros, também de 1887. Tratava-se de uma cópia do documento assinado pelo inventariado em 1856, no qual declarou ser tutor da “Orphã Gertrudes”,

Senhora e legitima possuidora de uma sorte de terras de criar com hervas no lugar denominado Cahiguava [...] cuja extensão é de três quartos de léguas de comprimento e duzentas braças de largura, [...] cujos terrenos houve por herança de sua finada Mae Anna Franco, como consta de sua folha de partilha (Ibid).

Só para constar, nessa ocasião assinou a certidão, o vigário João Baptista Ferreira Bello. Assim, Anna Franco era casada com Joaquim de Oliveira Franco e mãe da Gertrudes, quando essa ficou órfã, Innocencio José de Barros tornou-se seu tutor.

Em outra certidão, do ano de 1859, também referente ao inventário de Innocencio José de Barros, portanto, pedida em 1887, ele aparece como o pai de Gertrudes. Ademais, estava relacionado um pagamento a Gertrudes, como parte dos bens de Anna Franco, no valor de cento e um mil oitocentos e vinte réis (101\$820), além de “humas capoeiras, faxinaes e campestres na paragem Cahiguava” (PARANÁ, 1859).

Ao que indica, a órfã Gertrudes passou a ser criada pela família Barros. Em mais uma das certidões do inventário de Innocencio José de Barros, desta vez, os herdeiros registraram a venda de uma parte do Cahiguava, a qual os pertencia por “herança do marido, pai e avó Innocencio José de Barros”. Tratava-se do pagamento de uma dívida do falecido com Joaquim de Oliveira Franco, contraída em 1874; esse Joaquim era o marido de Anna Franco. As assinaturas, novamente, revelam detalhes da família. O registro de 1895, textualmente, dizia: “e para clareza mandamos fazer esta que assignamos os que sabemos ler e a nosso rogo assignarão por aquelles de nós que o não soubermos” (PARANÁ, Sem Data).

Elas apontam certas relações. Por exemplo, a variedade de nomes diferentes ao do pai, sugere possíveis casamentos entre os moradores da região. A própria Gertrudes, adquirira um sobrenome, - Rosa, indicando um provável casamento entre os de Barros e os Rosa, o mesmo aconteceu com a família Franco de Oliveira. A esposa de Innocencio deve ser a Maria Joaquina de Barros. E outra vez, apareceu um imigrante da Colônia Santa Maria, - Francisco Marconni. Por fim, Filisbim da Silva Chaves, tutor dos órfãos,

era vizinho do pessoal que morava no Cahiguava, dono de um terreno no lugar Invernada (Ibid).

Conforme o “histórico do terreno denominado Invernada”, o local era habitado, pelo menos desde 1865. Nesse ano, pertencia a Manoel João de Souza e Francisco Vidal dos Santos, quando foi vendido a Luciano da Costa Pinto, Athanagildo Cordeiro Pinto, Manoel Cordeiro Brandão e Filisbino da Silva Chaves. Em 1880, Athanagildo comprou de Luciano e Manoel suas partes no Invernada. Esse Luciano da Costa Pinto parece ter tido uma estrada com seu nome. Pois, bem próximo da localização desse terreno, o mapa de 1929 indica a “estrada do Luciano”.

O Luciano também tinha terras na Barra do Cayguava, conforme mostra a figura 13. A “medição de uma posse de Campos de criar e terras de cultura no lugar denominado Barra do Cayguava de Luciano da Costa Pinto”, faz referências ao “matto em pé”, “terreno aproveitado”, “marcos”, “árvore testemunha”, ao perímetro e à superfície. A figura ainda indica a “Estrada da invernada”, o rio Cayguava, rio Carvalho, ribeirão do Mico, os “terrenos dos filhos de Custódio Franco de Oliveira, sujeito a legitimação” e “os terrenos de José dos Barros Sousa”.

Em uma certidão datada do ano de 1923, tratava-se de um imóvel na freguesia do Bom Jesus de Piraquara, denominado Invernada e Barra do Cayguava. Nas confrontações e características dele “consta uma area de terras composta de mattas, huvaes e grammados, atravessada pelo aqueduto que liga as represas da serra” (PARANÁ, 1923).

Assim, parece que os terrenos Invernada eram contínuos aos terrenos da Barra do Cayguava, assim como os outros e seus moradores mantinham relações de parentesco e vizinhança. A partir da constatação de que havia muitos proprietários nos diferentes lugares dos Mananciais da Serra, existe a hipótese de que se tratava de pequenos proprietários. Portanto, as pessoas que provavelmente conservaram o local em boas condições, foram as mesmas que devastaram uma grande parte dele e depois, estas mesmas pessoas foram proibidas de manejar a terra florestada sobre qualquer pretexto. Ou seja, foi suspenso o uso da terra para os habitantes locais, como se as práticas anteriores e tradicionais não fossem mais capaz de preservar o que conservou no passado.

Uma possível explicação da origem das famílias nos Mananciais da Serra está em História do Paraná, de Romário Martins³. Ele afirmou que as atividades desenvolvidas em território paranaense, desde a colonização européia foram exclusivamente voltadas para a extração de ouro na beira de rios auríferos e conseqüentemente para o pastoreio. Pois, o trabalho nas minas exigia a fixação das famílias no local, que passavam a cultivar roças para subsistência. Escasseados novos descobrimentos e as produções das minas, os grupos advindos passaram a explorar o pastoreio e esse novo gênero de vida foi exigindo esforços sedentários, fixados em torno dos “currais” da criação e foram surgindo os sítios e nas zonas deles os arraiais estáveis, nebulosas de aldeias, vilas e cidades (MARTINS, 1995).

Conforme o autor, essa situação era conhecida como “arraialamento”, isto é, morada relativamente longa nos sítios auríferos em exploração, resultando na formação de aldeolas ou arraiais, de longa duração, nos quais havia toda sorte de gente: aventureiros, mineradores, agricultores, comerciantes e especuladores; “caraíbas (brancos), negros, caipiras (mestiços de índio e branco) e mulatos (mestiço de branco e negro)” (Ibid):

Ainda, com base nas observações de Romário Martins, nas primeiras décadas do século XIX, os Campos Gerais de Curitiba estavam repletos de fazendas e invernadas, de grandes a pequenos sítiantes ou criadores. As principais fazendas eram de propriedade de parnanguaras e paulistas de Santos e São Paulo, enquanto que, as pequenas propriedades do rocío da vila eram de curitibanos. Produzia-se nelas excedentes de trigo, feijão, milho, fumo, toucinho e a erva-mate que eram exportados para a marinha e dali para o sudeste e norte do país (Ibid).

Conforme suas informações, dos campos de Curitiba até o rio Negro, próximo à sede da Comarca, havia pastoreio. O autor notou que o comércio e a criação de gado foram mais decisivos, em relação ao povoamento do Estado, do que a mineração, que não fixava populações, a não ser, excepcionalmente, o caso de Paranaguá no litoral e Curitiba e São José dos Pinhais no planalto (Ibid).

³ Para uma discussão mais abrangente, ver: Roderjan, Roselys Vellozo. **Os curitibanos e a formação de comunidades campeiras no Brasil Meridional:** séculos XVI a XIX. Curitiba: Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, 1992 (Estante paranista)

Sebastião Paraná, apud Carneiro, em 1899, afirmou que extraíam “belas amostras” de ouro no Paraná, especialmente na Serra do Mar, nas localidades situadas nas encostas da Serra, - Paranaguá, Guaratuba, São José dos Pinhais e Guaraqueçaba:

Francisco Negrão assinalou que houve grande trânsito das populações vizinhas a Serra do Mar que passaram a explorar os rios, as serras e os montes, segundo esse autor, eram “bandos tão numerosos que pareciam cidades ambulantes” (Ibid).

Portanto, concluiu Romário Martins: “Foi o ciclo pastoril que iniciou a vida doméstica, a atividade prática, o estabelecimento da ordem nos nossos turbulentos e instáveis *arraiais* de mineradores”(Ibid).

Conforme o dicionário das cidades paranaenses, a palavra *Piraquara* tem origem tupi: ‘*pira*’ - peixe + ‘*coara*’ - buraco, furo, cova: a toca dos peixes, o buraco dos peixes, o lugar onde costumam reunir-se os peixes, ou ‘*pira*’... peixe + ‘*guara*’... o comedor, o riscador. A origem histórica do município remonta ao início do século XVIII, quando o capitão Manoel Picam de Carvalho se estabeleceu no planalto e iniciou as atividades uma lavra mineradora. Segundo nota do editor, na lista de ordenanças da vila de Curitiba, referente ao ano de 1783, foi encontrado na freguesia de São José o bairro de Piraquara, com 20 casas (FERREIRA, 2006).

A partir dessas informações, a hipótese de que famílias em busca de metais preciosos se fixaram ali e na ausência deles, iniciaram outras atividades como a lavoura e a criação de animais, em regime coletivo, conhecido como Faxinal, podem explicar a origem das famílias nos terrenos utilizados para o primeiro sistema de abastecimento de água de Curitiba. Visto que o local era provido de nascentes e situado nos contrafortes da Serra do Mar, no domínio de São José dos Pinhais.

Notou-se que a palavra “faxinaes” foi muito utilizada para definir os terrenos nos Mananciais da Serra. Mas qual seria o significado/sentido dessa palavra na documentação referente aos terrenos desapropriados para a construção das represas de captação nos Mananciais da Serra?

“Faxinal”, para Carvalho apud Márcio Silva, no final do século XIX, designava mato denso e grosso, no qual predominava a vegetação da Floresta Ombrófila Mista, destacando-se pela presença de Araucárias, Erva-Mate e campos adaptáveis a pastagens naturais. A maior característica dos locais reconhecidos como Faxinais era a prática extrativista de madeira e mate, assim como, o espaço para criação extensiva. Enquanto

Souza o definiu como sendo um espaço físico natural contínuo existente dentro do criadouro comum, delimitado pela presença de espécies de relevante interesse econômico e pela disponibilidade de forragens nativas que atendiam a pecuária. Por vezes, “Faxinal” foi utilizada para indicar um “Criadouro Comum” (SILVA, 2005).

De acordo com Carvalho apud Márcio Silva, “Criadouro Comum” era uma forma de organização consuetudinária estabelecida entre proprietários da terra para uso comum, visando a criação de animais. Um criadouro comum tinha sua área constituída por várias parcelas de terras, de distintos proprietários, formando, uma ao lado da outra, um espaço contínuo. Enquanto que, Souza situa-o como um espaço físico constituído, tendo por base uma relação social, com finalidade de organização comunitária (Ibid).

O “Sistema Faxinal, para Chang apud Márcio Silva, é o criadouro e as áreas circunvizinhas para cultivo de espécies anuais. Portanto, sua definição passava por três componentes básicos: a produção animal, agrícola e o extrativismo da erva-mate (Ibid).

A produção animal era voltada a criação de espécies domésticas para tração e consumo, como os eqüinos, suínos, bovinos e avícolas. A produção agrícola era de subsistência, para abastecimento familiar e comércio do excedente de feijão, arroz, milho, trigo. O extrativismo de erva se dava em ervais nativos, conduzidos dentro do criadouro e explorados nas entressafras, como renda complementar (Ibid).

A região dos Faxinais coincide com a área de ocorrência da Floresta Ombrófila Mista, assim sendo possível formar-se em decorrência dessa tipologia campo e floresta (Ibid).

No final do século XIX, as organizações do tipo faxinal eram atípicas por causa do Criadouro Comum, no qual havia um espaço coletivo da terra, para produção animal à solta. A definição do uso da terra, - para a extração da erva-mate e a agricultura de subsistência -, necessitava da conservação das terras de ervais, alocando as terras de lavoura em locais desprovidos dessa espécie florestal e a separação da criação “baixa” (animais) das terras de lavoura, muito característica nas pequenas propriedades (Ibid).

São várias as indicações de que os habitantes dos Mananciais da Serra, no século XIX, conviveram em um espaço contínuo e coletivo, similar ao sistema faxinal. Mas também, muito próximo do que Donald Worster designou de sistema

agroecológico, em artigo intitulado “Transformações da terra: para uma perspectiva agroecológica na história”. O sistema agroecológico,

(...) representa um dos casos mais típicos de rearranjo da atividade humana sobre os ecossistemas naturais, em uma relação complexa de interação entre plantas nativas, vegetação forasteira, fertilidade dos solos e diversas práticas agrícolas. O itinerário dessas mudanças é essencial para se compreender a história do ponto de vista ambiental (WOSTER, 2003).

Assim, grupos “pré-industriais” estão reorganizando a flora e a fauna nativa, seja para produzir mais alimentos ou para se adaptarem as condições do solo, do clima e da água. Worster sugere que tais condições foram “determinantes suaves” da existência humana, pois influenciaram como e onde as pessoas obtinham seus meios de vida e qual o tipo de vida do grupo (Ibid).

Sobre as modificações de ecossistemas causadas pela agricultura, o autor citado afirmou que os agroecologistas adquiriram a compreensão da interação entre a natureza e antigas práticas de agricultores tradicionais, passando a considerá-las sofisticadas e apropriadas, porque os sistemas de gerenciamento dos pequenos agricultores conseguiram superar as restrições de certos ambientes (declives, enchentes, secas, pestes, doenças e fertilidade do solo). Uma dessas técnicas consiste na diversificação das culturas agrícolas (Ibid).

As paisagens criadas por essas práticas tradicionais foram cuidadosamente integradas, resultando em mosaicos funcionais, baseados em observações atentas e imitações da natureza. Assim, existia toda uma ordem e uma lógica na disposição da pastagem, dos cultivos agrícolas e das reservas extrativistas. Conforme Worster, embora se parecesse “disperso e casual”, tinha uma estrutura, “ao mesmo tempo o produto de fatores não-humanos e da inteligência humana, trabalhando para uma acomodação mútua”. Um sistema agroecológico significa um sistema alimentar em “estado perfeito de descanso” até serem perturbados por motivos naturais (clima) ou sócio-ambientais (esgotamento ou colapso), vivendo em estado de constantes mudanças. Entretanto, se analisados na longa duração, esses sistemas tradicionais eram baseados na economia de subsistência e apesar de realizarem as maiores transformações na natureza, preservaram a diversidade e complexidade, sendo uma fonte de estabilidade social, geração após geração. Até serem absorvidos pela estrutura e dinâmica das sociedades capitalistas (Ibid).

Dessa forma, a possibilidade da população residente no local da captação de água de Curitiba ter mantido a diversidade ecológica e a manutenção das nascentes, por conta das práticas extrativistas e agrícolas, em relação de “acomodação”, resultou em uma paisagem passível de ser confundida com uma região ausente de seres humanos. Essa característica foi decisiva para a escolha dos mananciais da Serra do Mar para o abastecimento da capital.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FERREIRA, João Carlos Vicente. **Municípios paranaenses: origens e significados de seus nomes**. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura, 2006. Cadernos Paraná da Gente, 5.

MARTINS, Romário. **História do Paraná**. Curitiba: Travessa dos Editores, 1995.

PARANÁ. **Secretária de Obras Públicas e Colonização**. Contrato para as obras de abastecimento de Curitiba. Curitiba, 1904.

PARANÁ. Secretária de Obras Públicas e Colonização. **Relatório da Secretaria de Obras Públicas e Colonização**. Curitiba, 1906.

PARANÁ. **Termo de Concessão**. In: PARANÁ. Relatório do Secretário de Obras Públicas e Colonização Claudino R. Ferreira dos Santos dirigido ao governador do Estado do Paraná no dia 31 de dezembro de 1910. Curitiba: Typ. A República, 1910. P. 112

PARANÁ. **Planta das terras requeridas “Fundo Grande”**, 1911. (Avulsos)

PARANÁ. **Pedido de Deferimento da Empreza Paulista de Melhoramentos no Paraná**, 1911. (Avulsos)

PARANÁ, 1925. (Avulsos).

PARANÁ. **Relação das terras adquiridas pelo Estado do Paraná**. Sem data. (Avulsos)

PARANÁ. **Histórico do terreno Fundo Grande**. (Avulsos).

PARANÁ. **Fundo Grande: Memorial Descritivo da medição e demarcação das terras requeridas por Benigno Lima Junior e outros, a título de revalidação de acordo com o regime de terras em vigor**. Sem Data. (Avulsos).

PARANÁ. **Extracto para Transcrição**. Curitiba. (Avulsos)

PARANÁ, Sem Data. (Avulsos).

PARANÁ, 1859. (Avulsos).

PARANÁ. **Certidão**. Curitiba, 1923. (avulsos).

POMPA, Arturo Gómez; KAUS, Andréa. **Domesticando o mito da natureza selvagem**. In: DIEGUES, A.C. (Org.). Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. São Paulo: Hucitec, 2000.

SILVA, Márcio. **A contribuição de florestas de araucária para a sustentabilidade dos sistemas faxinais**. Dissertação de Mestrado em Economia apresentada ao Setor de Ciências Sociais Aplicadas. Universidade Federal do Paraná, 2005.

WORSTER, Donald. **Transformações da Terra: Para uma perspectiva Agroecológica na História**. In: Ambiente e Sociedade. Campinas: Nepam, v. Vi, jul/2003.